

VIÚVAS, ÓRFÃOS E MUTILADOS DA GUERRA DO PARAGUAI: RESENTIMENTO, HUMILHAÇÃO E ESQUECIMENTO



<https://doi.org/10.22533/at.ed.6471125260215>

Data de aceite: 08/09/2025

Marcelo Santos Rodrigues

WIDOWS, ORPHANS AND THE MAIMED OF THE PARAGUAYAN WAR: RESENTMENT, HUMILIATION AND OBLIVION

Resumo: Este artigo analisa a experiência social de viúvas, órfãos e mutilados da Guerra do Paraguai (1864–1870), com ênfase na província da Bahia. A partir de jornais da época, como *O Alabama* e *O Tempo*, e de documentos preservados no Arquivo Público do Estado da Bahia, busca-se compreender como esses sujeitos viveram a humilhação, o abandono e o ressentimento produzidos pela guerra. Ao invés de reproduzir a narrativa oficial centrada em vitórias e heróis, o estudo recupera vozes esquecidas e problematiza o silêncio historiográfico. Dialogando com Pierre Ansart, Walter Benjamin, Jeanne Marie Gagnebin e Tzvetan Todorov, demonstra-se que a guerra foi também uma experiência de exclusão social e de memória seletiva, na qual a vitória conviveu com derrotas silenciosas.

Palavras-chaves: Guerra do Paraguai; Bahia; ressentimento; viúvas e órfãos; mutilados.

Abstract: This article analyzes the social experience of widows, orphans and mutilated soldiers of the Paraguayan War (1864–1870), focusing on the province of Bahia. Based on newspapers of the time, such as *O Alabama* and *O Tempo*, and on documents preserved at the Public Archives of the State of Bahia, it seeks to understand how these subjects endured humiliation, abandonment and resentment generated by the war. Instead of reproducing the official narrative centered on victories and heroes, the study recovers forgotten voices and problematizes historiographical silences. Drawing on Pierre Ansart, Walter Benjamin, Jeanne Marie Gagnebin and Tzvetan Todorov, it demonstrates that the war was also an experience of social exclusion and selective memory, in which triumph coexisted with silent defeats.

Keywords: Paraguayan War; Bahia; resentment; widows and orphans; mutilated soldiers.

INTRODUÇÃO

A Guerra do Paraguai (1864-1870) constituiu-se no maior conflito armado da América do Sul, envolvendo o Paraguai contra a Tríplice Aliança formada por Brasil, Argentina e Uruguai. Travada sobretudo nos territórios paraguaios, a guerra provocou enormes perdas humanas, estimadas em centenas de milhares de mortos, além de consequências políticas e econômicas duradouras para toda a região. Para o Império do Brasil, significou o envio de grandes contingentes militares, oriundos de diversas províncias, entre elas a Bahia, que participou ativamente com tropas e recursos.

Mais recentemente, estudos como os de Francisco Doratioto (2002) ofereceram interpretações equilibradas sobre as causas e desdobramentos da guerra; outros, como Leon Pomer (1980), ressaltaram seu caráter de tragédia sul-americana. Ainda assim, a dimensão social – sobretudo a experiência dos que sofreram a guerra sem jamais ter empunhado armas – permanece pouco explorada.

É nesse espaço de silêncio que este artigo se insere. Nosso objetivo é investigar como viúvas, órfãos e mutilados experimentaram a guerra em suas vidas, com ênfase na província da Bahia. Ao invés de repetir a narrativa de glórias e vitórias, busca-se revelar a face amarga do conflito: a humilhação dos recrutas, a miséria das famílias desamparadas e a mendicância dos inválidos. Essa perspectiva permite compreender a guerra não apenas como evento militar, mas como fenômeno social, cujos efeitos se prolongaram para além dos campos de batalha, invadindo lares e corroendo esperanças.

Entre as fontes mais significativas utilizadas neste estudo destacam-se os jornais *O Alabama*, publicado em Salvador, e *O Tempo*, editado na Paraíba. Ambos acompanharam de perto o desenrolar da Guerra do Paraguai e, ao lado de notícias oficiais, abriram espaço para denúncias do recrutamento forçado, das humilhações públicas e das condições de soldados e suas famílias. Embora marcados por interesses políticos e pela retórica própria da imprensa oitocentista, constituem-se em registros indispensáveis, sobretudo quando o historiador os maneja criticamente, cruzando informações e reconhecendo tanto suas intenções quanto os testemunhos que preservam. Neles, é possível encontrar as vozes dissonantes que escapam à narrativa triunfalista do Estado imperial.

Além da imprensa, documentos oficiais preservados no Arquivo Público do Estado da Bahia revelam a presença de personagens que raramente encontram espaço na memória celebratória da guerra. Requerimentos de viúvas em busca de pensão, pedidos de mães para que filhos órfãos fossem acolhidos em casas de caridade ou solicitações de mutilados em busca do soldo prometido compõem um acervo que expõe a face social do conflito. Essas fontes, de natureza administrativa e burocrática, permitem reconstituir trajetórias individuais e familiares marcadas pela exclusão, revelando como o Estado registrava, ainda que de forma indireta, os dramas de homens e mulheres esquecidos pela glória oficial.

Relatórios provinciais celebravam o ‘glorioso triunfo do Império’ e exaltavam a Bahia como exemplo de lealdade à Pátria, silenciando, porém, sobre os dramas cotidianos das famílias que sustentaram a guerra com o sacrifício de filhos e maridos.

Em outros contextos bélicos, a condição de viúvas, órfãos e mutilados tem despertado o interesse da historiografia social. Na França da Primeira Guerra Mundial, Prost (2003) mostrou como as viúvas foram incorporadas a um Estado assistencialista ainda incipiente, marcado pela generosidade inicial e pela rigidez burocrática. Na Bélgica, Van den Bogaert (2022) analisou a trajetória de veteranos mutilados, ressaltando que o retorno à vida civil não significou acolhimento, mas exclusão e esquecimento. Nos Estados Unidos do pós-Guerra Civil, Skocpol (1992) e McClintock (1996) demonstraram que as viúvas de soldados se tornaram protagonistas na luta por pensões, enfrentando desconfiança e suspeitas de fraude.

Mais recentemente, Braun e Stuhler (2024) analisaram o impacto econômico da viuvez de guerra na Alemanha do pós-Segunda Guerra, evidenciando como essa condição impôs um duplo fardo às mulheres. No Brasil, porém, a Guerra do Paraguai segue sendo abordada majoritariamente sob a ótica militar e diplomática, silenciando o sofrimento das famílias e dos mutilados. Este artigo busca, assim, aproximar-se dessa tradição de estudos sociais da guerra, mas deslocando o olhar para a província da Bahia.

Dessa forma, ao dar voz a personagens como Maria das Neves de Jesus, Fabiana ou Roque José Pereira, buscamos ampliar o debate historiográfico e propor uma leitura crítica da Guerra do Paraguai. Este artigo pretende demonstrar que a vitória imperial conviveu com derrotas silenciosas, inscritas nos corpos mutilados e nas vidas destroçadas de milhares de brasileiros, cuja memória insiste em resistir ao esquecimento.

O RECRUTAMENTO HUMILHANTE

A experiência do recrutamento forçado revelou-se um dos momentos mais traumáticos e humilhantes da Guerra do Paraguai. O caso de Maria das Neves de Jesus, viúva pobre da freguesia de Nossa Senhora da Encarnação do Passe, cujo filho Antônio Fernandes de Britto foi recrutado em 1866, ilustra a violência social do processo. Apesar de seus apelos ao presidente da província e do testemunho do vigário Gustavo Sá Barreto, a família viu-se desamparada. Esse episódio mostra como a guerra atingia não apenas os homens enviados ao front, mas também mulheres e irmãs que perdiam seu único arrimo (Arquivo Público do Estado da Bahia, Série Polícia, maço 2959).

O jornal *O Tempo* descreveu jovens conduzidos pelas ruas com gargalheiras de ferro e correntes no pescoço, enquanto mães choravam e se ajoelhavam suplicando pela libertação. A cena pública do recrutamento funcionava como espetáculo de intimidação, no qual a dor familiar era transformada em demonstração de poder do Estado.

Jornais da época relatavam mulheres que, de joelhos, imploravam em vão diante das tropas que levavam seus filhos recrutados. A imagem desses corpos jovens, arrastados em correntes, contrastava com o desespero materno, compondo um espetáculo público de dor e humilhação, assistido pela comunidade atônita.

O caso de Maria das Neves de Jesus evidencia como a guerra produzia vítimas mesmo fora dos campos de batalha. Viúvas, mães e irmãs viam-se privadas de seus arrimos, lançadas à miséria e ao desespero, não por decisão pessoal, mas pela violência do recrutamento. Essas mulheres e suas famílias integravam uma vasta legião de vítimas indiretas do conflito: pessoas que, sem jamais empunhar armas, sofreram a ruptura dos lares, a fome, a humilhação pública e o abandono estatal.

Os jornais denunciaram o caráter de espetáculo público da humilhação. O Tempo relatou a chegada de guardas nacionais acorrentados na Paraíba, com a descrição da “chegada de cerca de 30 guardas nacionais... todos de gargalheria ao pescoço” (O Tempo, 29 mai. 1865). A cena, segundo o jornal, configurava uma despedida marcada pela tristeza coletiva e pelo sofrimento das famílias impedidas de acompanhar seus maridos.

Segundo O Alabama (30 jan. 1869), os soldados vinham “algemados e acorrentados pelo pescoço, arrastando-se sob o sol escaldante, de modo que suas carnes já se viam feridas pelo peso do ferro e pela aspereza das correntes”. A crueza da descrição não apenas registrava o sofrimento físico, mas também servia de denúncia contra um Estado que convertia a violência em espetáculo público, expondo os corpos de seus cidadãos como prova de autoridade.

Na Bahia, província que enviou um dos maiores contingentes, a prática também se repetiu. O Alabama noticiou em janeiro de 1869 a chegada de “cinco sujeitos algemados e acorrentados pelo pescoço” vindos de Caetité, criticando duramente o governo imperial por expor cidadãos como animais (O Alabama, 30 jan. 1869). Pouco depois, em março, descreveu dois soldados vindos de Lençóis que “foram vítimas de martírios corporais que nada deixam a invejar às torturas da Inquisição” (O Alabama, 6 mar. 1869).

Esses episódios revelam que a humilhação visava rebaixar os recrutas física e moralmente, transformando-os em espetáculo diante da população. A exposição pública de soldados acorrentados ou castigados funcionava como intimidação contra deserções e reforçava o poder do Estado imperial.

Por sua vez, o episódio de São Gonçalo dos Campos, na Bahia, ilustra esse uso político: moradores foram arrancados de suas casas por terem votado contra os interesses de um grande proprietário ligado ao poder provincial, e um deles, casado e com filhos pequenos, seguiu para a guerra à revelia de sua família. Assim, o recrutamento forçado não só atingia os mais pobres, como também punia opositores, revelando a confluência entre violência de Estado, arbitrariedade política e desamparo social.

O episódio de São Gonçalo dos Campos, analisado na dissertação de mestrado (Os (in)voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai), revela como as disputas partidárias locais

se materializavam na prática do recrutamento, atingindo indivíduos escolhidos não por sua aptidão militar, mas por sua posição social ou filiação política.

Como já demonstramos em estudo anterior (RODRIGUES, 2001), o recrutamento baiano não pode ser compreendido apenas como uma necessidade militar. Ele se converteu em prática política, utilizada por facções rivais – liberais e conservadores – para atingir adversários locais. Nesse sentido, além de incidir sobre pobres e desamparados, o recrutamento funcionava como instrumento de perseguição partidária, ampliando ainda mais a experiência de humilhação e exclusão social.

VIÚVAS E ÓRFÃOS NA LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA

A guerra não produziu apenas mortos nos campos de batalha. Deixou também famílias desestruturadas, mulheres pobres sem amparo e crianças órfãs. Essa dimensão social pode ser percebida em múltiplos episódios narrados pela documentação.

A condição das viúvas e dos órfãos de guerra tem sido objeto de interesse em diferentes contextos. Estudos sobre a Primeira Guerra Mundial revelam que as viúvas francesas desempenharam papel fundamental na consolidação das políticas sociais emergentes, ainda que enfrentassem limites impostos pela burocracia estatal (PROST, 2003).

Na Bélgica, a questão do abandono das famílias de combatentes foi tratada em paralelo à reintegração difícil dos mutilados (VAN DEN BOGAERT, 2022). Nos Estados Unidos, pesquisas como as de Skocpol (1992) e McClintock (1996) demonstram que as viúvas da Guerra Civil transformaram-se em protagonistas no campo das pensões, lutando contra suspeitas de fraude e constrangimentos sociais.

Esses exemplos internacionais evidenciam que a experiência da viuvez e do orfandade em tempos de guerra ultrapassa o luto, constituindo-se em problema político e social. A análise do caso baiano, portanto, insere-se nesse debate mais amplo, mas revela especificidades de um Império que convocou seus cidadãos ao sacrifício sem lhes oferecer, em contrapartida, as garantias de sobrevivência.

Casos como o de Ana Maria Simplicia de Jesus, reduzida à miséria após o recrutamento do marido, que chegou a vender a farda dele para sustentar três filhas, revelam a precariedade enfrentada pelas mulheres (O Alabama, Salvador, 13 dez. 1866, p. 4).

Outras petições semelhantes chegavam às autoridades provinciais, nas quais esposas e mães descreviam o desespero em sustentar famílias numerosas sem a presença masculina. Essas vozes, repetidas em diferentes freguesias, revelam que a ausência do arrimo masculino não era um episódio isolado, mas um drama coletivo que atravessava o cotidiano das camadas populares.

Já Fabiana, em 1868, solicitou ao presidente da Província que encaminhasse a filha pequena a uma casa de caridade, pois estava impossibilitada de educá-la após o envio dos filhos mais velhos à guerra (Arquivo Público do Estado da Bahia, Avisos Recebidos do Ministério da Guerra, 1865–1870, maço 832).

Entre as petições preservadas no Arquivo Público da Bahia, algumas mães pediam que filhos pequenos fossem acolhidos em conventos ou casas de caridade, alegando não possuir meios de criá-los. Esses pedidos, repetidos em diferentes freguesias, revelam que a guerra produziu um padrão de abandono infantil que atravessava o cotidiano popular.

Em diversas localidades, multiplicaram-se pedidos de amparo para crianças pequenas, incapazes de sobreviver sem a presença do pai. Algumas mães imploravam vagas em casas de caridade; outras pediam que filhas fossem recolhidas a conventos, como única alternativa para garantir a sobrevivência. Esses apelos mostram como a guerra minava não apenas a economia doméstica, mas também a esperança de continuidade familiar.

O pedido da mãe do sargento Antônio Manuel Caetano Pojuca, morto ao retornar à Bahia, ilustra outra faceta: mulheres que, sem recursos, recorriam ao governo até mesmo para conseguir enterrar os próprios filhos (O Alabama, Salvador, 18 mar. 1870, p. 3).

Havia também as crianças desamparadas. Em 1866, o juiz dos órfãos Augusto Meneses pediu ao presidente da Província abrigo para duas crianças, Hélio e Izabel, após a morte de seu pai, o capitão César Guimarães, em combate (Arquivo Público do Estado da Bahia, Série Polícia, maço 2959).

Outras famílias, como a de Maria (12 anos) e Ana (5 anos), ficaram em condições miseráveis depois da partida do pai, soldado do corpo policial, para a guerra (Arquivo Público do Estado da Bahia, Série Polícia, maço 2959).

Entre os exemplos mais dramáticos está o da esposa que acompanhou o marido ao Paraguai. Vítima de perseguição política em São Gonçalo dos Campos, viu o marido ser recrutado à força e decidiu segui-lo para não ficar desamparada com os filhos pequenos. Durante a viagem, enfrentou a morte de uma das crianças no mar e, já em Montevideu, foi acometida por doença e lançada à indigência (O Alabama, Salvador, 30 nov. 1867, p. 5).

Assim como a esposa de São Gonçalo dos Campos, outras mulheres acompanharam maridos recrutados à força e acabaram lançadas à miséria em portos distantes, registradas nos jornais como ‘expostas’ ou ‘indigentes’. Eram refugiadas de uma guerra que nunca escolheram, condenadas à invisibilidade pela memória oficial.

De volta ao Brasil, peregrinou em busca de auxílio, mas encontrou apenas promessas e burocracia. Sem amparo do Estado, retornou à sua terra natal em condições miseráveis, sustentando-se com trabalho precário e mantendo a esperança de rever o marido. Sua trajetória revela como a guerra produzia não apenas mutilados e viúvas, mas também mulheres forçadas a acompanhar os maridos, transformando-se em vítimas indiretas do conflito.

Casos semelhantes repetiam-se em outras províncias, mas na Bahia ganharam particular dramaticidade devido à longa distância que separava os portos de embarque dos destinos finais. Muitas dessas mulheres tornaram-se figuras errantes, registradas em jornais ou nos livros de polícia, sempre à procura de algum auxílio. Eram, em última instância, refugiadas da própria guerra, deslocadas de seus lares pela combinação de perseguição política e abandono estatal.

Essas situações revelam que viúvas e órfãos eram vítimas indiretas da guerra, forçados a recorrer à caridade pública ou à burocracia imperial, quase sempre sem êxito. O Estado, por vezes, oferecia esmolas ou pensões, mas cercadas de exigências e obstáculos.

A humilhação dessas mulheres e crianças estava tanto no desamparo material quanto no vexame de terem que implorar por direitos básicos. A experiência dessas famílias evidencia o modo como a guerra atravessava o espaço doméstico, transformando a ausência em trauma cotidiano. A dor das viúvas e órfãos não estava apenas no luto, mas na luta diária pela sobrevivência, no vexame de recorrer à esmola pública e na espera incessante por um soldado que muitas vezes jamais retornava. Do ponto de vista historiográfico, essa dimensão social da guerra ainda é pouco explorada. A historiografia clássica privilegiou os feitos militares e políticos, relegando a segundo plano o destino das famílias desamparadas.

Trabalhos como os de Doratioto (2002) e Duarte (1981) fornecem ampla visão da campanha, mas não aprofundam a experiência das viúvas e órfãos. Outros estudos, como os de Bruschini & Sorj (1994) e Suely Gomes Costa (2002), ao tratar das relações de gênero e da maternidade, ajudam a compreender como a ausência dos homens projetou sobre as mulheres responsabilidades acrescidas e desamparo social.

Nesse contexto, o ressentimento emerge como categoria explicativa: viúvas, mães e filhos menores tornaram-se personagens do esquecimento histórico, mas também testemunhos de como a guerra invadia os lares e perpetuava exclusões muito além das trincheiras.

MUTILADOS E A MENDICÂNCIA

Entre os que regressaram da guerra, muitos foram recebidos não como heróis, mas como mendigos. O caso de João Carlos de Souza França, baleado na perna direita e depois reduzido a esmolar de porta em porta, mostra como a bravura em combate se transformou em miséria no retorno à província (O Alabama, Salvador, 30 jan. 1869, p. 2).

A questão dos mutilados de guerra tem sido objeto de atenção em diferentes contextos, sobretudo pela forma como seus corpos marcaram o espaço público e desafiaram os limites da assistência estatal. Na Bélgica do pós-Primeira Guerra Mundial, Van den Bogaert (2022) demonstrou que a presença dos veteranos inválidos nas ruas simbolizava tanto o sacrifício nacional quanto o fracasso da reintegração social.

No mesmo período, estudos sobre a França e a Alemanha destacam que os mutilados eram ao mesmo tempo celebrados como heróis e tratados como fardos sociais, dependentes da caridade ou de uma burocracia lenta e insuficiente (PROST, 2003; BRAUN; STUHLER, 2024).

Esses exemplos revelam que a condição dos inválidos não era apenas biográfica, mas estrutural, inscrita nas contradições entre memória da vitória e esquecimento social. A Bahia, no pós-Guerra do Paraguai, testemunhou processo semelhante, no qual mutilados se tornaram presença cotidiana nas ruas de Salvador, reduzidos à mendicância.

Relatos da época apontam que não era raro encontrar grupos inteiros de mutilados circulando pelas ruas de Salvador, muitos ainda trajando fardas esfarrapadas. Jornais descreviam cenas em que transeuntes se afastavam, tomados pelo choque diante de corpos marcados pela guerra, enquanto outros ofereciam esmolas como gesto de compaixão. A presença desses homens transformava o espaço urbano em lembrança viva do conflito recém-encerrado.

O jornal descreveu a cena pungente de mutilados pelas ruas e conclamava a população: “Deixai passar a turba de mendigos” (O Alabama, Salvador, 30 jan. 1869, p. 2). O Alabama descreveu em 1869 uma ‘turba de mendigos’ formada por soldados sem pernas que se apoiavam em paus, cegos conduzidos por crianças e homens com ferros presos ao corpo. A cena, exibida nas ruas de Salvador, denunciava a contradição entre o discurso da vitória e a realidade do abandono. O apelo destacava que aqueles fragmentos de farda e as cicatrizes honrosas não recebiam reconhecimento do Estado, restando apenas a esmola popular.

O mesmo periódico narrava que alguns soldados, privados das duas pernas, moviam-se sobre improvisadas tábuas com rodinhas, enquanto outros eram conduzidos por crianças que lhes serviam de guias. A descrição insistia na contradição: homens que haviam dado sangue pela pátria agora dependiam da caridade para sobreviver.

As descrições do Alabama eram contundentes: soldados sem pernas apoiados em pedaços de pau, outros sem braços, alguns cegos em decorrência de disparos a queima-roupa. A imagem desses corpos, desfigurados pela guerra, era usada para criticar o governo imperial por abandonar aqueles que haviam cumprido o dever patriótico. Em síntese, o jornal mostrava como a guerra produzia uma massa de inválidos esquecidos, sustentados apenas pela caridade das ruas.

Outro testemunho marcante é o de Roque José Pereira, mutilado em Lomas Valentinas, que recebeu duas balas na perna e exibia no peito o hábito de Cristo. Em suas palavras, esse hábito “não passa de amarga ironia, porque um dia, obrigado pela indignação, me virei em necessidade de ir puxar uma carroça com ele no peito” (O Alabama, Salvador, 18 mar. 1870, p. 3).

Manoel, veterano de Tuiuti, perdeu um braço em combate e passou a perambular pelas ruas exibindo a cicatriz como prova de sua participação. A esperança era sensibilizar autoridades para receber o soldo prometido, mas sua condição tornou-se apenas espetáculo de miséria urbana.

A fala de Roque José revela o ressentimento de um homem que cumpriu seu dever na guerra, mas foi abandonado à própria sorte, sem o pagamento do soldo a que tinha direito. Esses exemplos demonstram que o pós-guerra foi marcado por um cenário de abandono. Os mutilados carregavam no corpo a marca da bravura, mas socialmente eram tratados como peso inútil.

Além de Roque José, outros mutilados buscaram o apoio da imprensa para denunciar sua situação. A crítica da imprensa, somada aos relatos individuais, evidencia o contraste entre o discurso oficial da vitória e a realidade de homens esquecidos. Nesse sentido, a mendicância não era apenas condição material, mas também símbolo de uma exclusão política e moral que alimentava o ressentimento coletivo.

Esses testemunhos, multiplicados em diferentes jornais e registros oficiais, revelam que o pós-guerra não foi apenas de comemoração e triunfo, mas também de ruína social. O silêncio do Estado frente a esses corpos feridos ampliava o ressentimento coletivo, ao mesmo tempo em que a sociedade civil, pela via da esmola, assumia uma função de suplência que caberia ao poder público.

Do ponto de vista historiográfico, essa dimensão do pós-guerra abre espaço para compreender a Guerra do Paraguai para além da narrativa heroica. Ao trazer a figura dos mutilados, articula-se a experiência de humilhação com o conceito de ressentimento de Pierre Ansart (2001), revelando a parte sombria da memória social.

Para Walter Benjamin (1987) e Jeanne Marie Gagnebin (2006), recordar esses homens é resgatar a tarefa ética do historiador: transmitir o inenarrável e dar lugar ao esquecido. Assim, a presença dos mutilados na paisagem urbana da Bahia não é apenas uma cena de miséria, mas também um poderoso testemunho das feridas deixadas pela guerra.

RESSENTIMENTO E ESQUECIMENTO

Esse ressentimento não era apenas individual, mas um sentimento social compartilhado, perceptível nos discursos de jornais, nos pedidos de pensão e nas críticas dirigidas às autoridades. A indignação com a desigualdade de tratamento – uns celebrados como heróis, outros relegados à miséria – alimentava uma memória subterrânea, transmitida nas comunidades e silenciada pela versão oficial.

A análise dos diferentes grupos – soldados humilhados no recrutamento, viúvas e órfãos entregues à miséria, mutilados relegados à mendicância – revela um denominador comum: a guerra produziu não apenas heróis, mas também ressentidos. Pierre Ansart define o ressentimento como sentimento político, nascido da desigualdade e da impotência diante da injustiça (Ansart, 2001, p. 23). Esses sujeitos viveram exatamente isso: foram humilhados publicamente, abandonados pelo Estado e silenciados na memória oficial.

Walter Benjamin lembrava que ‘todo documento de cultura é também um documento de barbárie’ (Benjamin, 1987, p. 225). No caso da Guerra do Paraguai, a barbárie não se expressa somente nos massacres de campo de batalha, mas também na vida arruinada daqueles que voltaram sem condições de sobrevivência. A cultura oficial, ao celebrar desfiles e monumentos, escondia o outro lado da moeda: a miséria dos mutilados e o luto das famílias, documentos de barbárie relegados à invisibilidade.

Jeanne Marie Gagnebin insiste que ‘cabe ao historiador escutar o sofrimento dos vencidos, mesmo quando a dor parece inenarrável’ (Gagnebin, 2006, p. 59). Ao trazer à tona viúvas, órfãos e mutilados, este artigo assume essa tarefa ética: inscrever no presente vozes marginalizadas pelo discurso triunfalista da nação.

Nesse sentido, recuperar essas vozes não é apenas um exercício de memória, mas também de historiografia crítica. Como lembram autores que se debruçaram sobre a Guerra do Paraguai, a narrativa tradicional produziu um esquecimento seletivo. O trabalho do historiador, ao contrário, deve reconstituir a experiência dos vencidos como parte constitutiva do processo histórico, evitando que sua dor seja obliterada em nome da glória nacional.

O contraste é nítido. Enquanto o presidente da província da Bahia proclamava em 1870 o ‘glorioso triunfo do Império’, as páginas do Alabama descreviam mendigos de farda rota e mulheres suplicando por pensões. Nesse abismo entre a retórica e a realidade, opera o que Tzvetan Todorov chamou de ‘abusos da memória e do esquecimento’ (Todorov, 1995, p. 16).

Lembrar as vitórias e esquecer os vencidos é uma forma de violência simbólica que perpetua a exclusão. Os abusos da memória se manifestaram, por exemplo, nos discursos parlamentares e relatórios provinciais que exaltavam a participação da Bahia na guerra, sem mencionar o destino de suas famílias desamparadas. Essa seletividade construiu uma memória oficial de triunfo, enquanto as memórias de humilhação permaneceram relegadas ao esquecimento, transmitidas apenas nos arquivos e nas páginas esquecidas da imprensa.

Assim, o ressentimento desses sujeitos não é apenas uma categoria psicológica, mas um dado histórico que permite compreender a guerra em sua face mais amarga. Eles revelam que a vitória imperial conviveu com derrotas silenciosas, inscritas na vida de milhares de brasileiros comuns.

CONCLUSÃO

Ao destacar esses sujeitos esquecidos, o artigo se insere numa tradição historiográfica que busca deslocar o olhar da história política e militar para o cotidiano e as experiências sociais. Esse deslocamento é fundamental para compreender não apenas como o Estado se consolidou, mas também como produziu exclusões profundas e duradouras.

A Guerra do Paraguai deixou marcas que ultrapassam os campos de batalha. Este artigo buscou evidenciar que, ao lado da narrativa de vitórias militares e celebrações

oficiais, existiu uma outra história: a dos ressentidos. Soldados submetidos ao recrutamento humilhante, viúvas e órfãos lançados à miséria e mutilados relegados à mendicância revelam a face invisibilizada do conflito.

A memória oficial se construiu em torno de desfiles, medalhas e relatórios, enquanto a memória popular se preservou em arquivos, jornais e petições, revelando a dor dos anônimos. Essa dupla face da guerra evidencia que a construção da nação implicou também o esquecimento planejado de parte de seus próprios cidadãos.

A análise dessas trajetórias, ancorada em fontes do Arquivo Público do Estado da Bahia e na imprensa da época, mostrou que a guerra produziu uma massa de vítimas indiretas, silenciadas pela memória oficial. Esses sujeitos viveram o ressentimento descrito por Ansart (2001), a barbárie apontada por Benjamin (1987), a exigência ética de escuta defendida por Gagnebin (2006) e o esquecimento denunciado por Todorov (1995). Ao recuperá-los, inscrevemos no presente vozes que a história nacional insistiu em calar.

As palavras das próprias vítimas sintetizam esse drama.

Maria das Neves confessava estar ‘sem arrimo para sustentar sua família’ (Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial, Série Polícia, maço 2959).

Fabiana implorava que sua filha fosse enviada a uma casa de caridade, pois ‘não tinha meios de criá-la’ (Arquivo Público do Estado da Bahia, Avisos Recebidos do Ministério da Guerra, 1865–1870, maço 832).

E Roque José Pereira, mutilado, desabafava que o hábito de Cristo em seu peito era ‘amarga ironia’ diante da miséria (O Alabama, Salvador, 18 mar. 1870, p. 3).

Essas vozes, vindas do século XIX, ainda ressoam como advertência: a vitória de uns foi construída sobre o sofrimento silenciado de muitos.

Ao recuperarmos essas falas, inscrevemos no presente um testemunho de resistência. Esses documentos não são apenas vestígios de um passado distante, mas apelos éticos para que a historiografia não reproduza o silêncio imposto pelo poder. A escuta do sofrimento é, portanto, parte da tarefa do historiador.

Essas experiências também nos convidam a refletir sobre os limites da cidadania no Império do Brasil. Ao mesmo tempo em que o Estado mobilizou seus cidadãos para a guerra, negou-lhes amparo quando retornaram mutilados ou quando suas famílias ficaram desamparadas. O ressentimento não se restringe, assim, ao século XIX: ele ilumina contradições persistentes na relação entre Estado e sociedade.

A análise do caso baiano permite, ainda, inscrevê-lo em um debate mais amplo sobre as guerras e seus efeitos sociais. Estudos sobre viúvas, órfãos e mutilados em diferentes contextos revelam que o esquecimento estatal e o ressentimento popular foram experiências recorrentes.

Na França e na Bélgica do pós-Primeira Guerra, viúvas e inválidos enfrentaram a insuficiência da assistência pública (PROST, 2003; VAN DEN BOGAERT, 2022). Nos

Estados Unidos do pós-Guerra Civil, viúvas batalharam pelo direito às pensões e redefiniram as relações entre Estado e família (SKOCPOL, 1992; McCLINTOCK, 1996).

Na Alemanha do pós-Segunda Guerra, as consequências econômicas da viuvez evidenciaram os limites do amparo público e o peso desigual imposto às mulheres (BRAUN; STUHLER, 2024). Esses exemplos demonstram que a experiência baiana, embora singular, compartilha com outras guerras modernas a mesma lógica de exclusão e memória seletiva. Assim, ao recuperar essas trajetórias, ampliamos a compreensão da Guerra do Paraguai, inscrevendo-a em um horizonte comparativo mais amplo.

Assim, este estudo contribui para deslocar o olhar da historiografia: do campo de batalha para o cotidiano, da glória imperial para a exclusão social, do triunfo oficial para a humilhação silenciosa. Reconhecer os ressentidos da guerra é também cumprir a tarefa do historiador – dar visibilidade ao sofrimento, construir uma memória crítica e questionar as narrativas que sustentam o esquecimento.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. Seção Colonial e Provincial, Série Polícia, maço 2959 (1865–1870).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. Seção Colonial e Provincial, Avisos Recebidos do Ministério da Guerra, 1865–1870, maço 832.

O ALABAMA. Salvador, 13 dez. 1866, p. 4.

O ALABAMA. Salvador, 30 jan. 1869, p. 2.

O ALABAMA. Salvador, 30 nov. 1867, p. 5.

O ALABAMA. Salvador, 18 mar. 1870, p. 3.

O TEMPO. Paraíba, 29 mai. 1865, p. 2.

Bibliografia Secundária

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. São Paulo: Ideias & Letras, 2001.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRAUN, Sebastian; STUHLER, Jan. The Long-Term Economic Consequences of War Widowhood. 2024. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2410.15439>. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila (orgs.). Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Marco Zero; Fundação Carlos Chagas, 1994.

COSTA, Suely Gomes. A maternidade e o trabalho. São Paulo: Cortez, 2002.

DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DUARTE, Nilo. A guerra do Paraguai. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Lembrar escrever esquecer. São Paulo: Ed. 34, 2006.

POMER, Leon. A guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense. São Paulo: Global, 1980.

PROST, Antoine. War Widows and the Evolution of the French Welfare State. Ann Arbor: University of Michigan, 2003. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/w/wsfh/0642292.0031.016/-war-widows-and-the-expansion-of-the-french-welfare-state>. Acesso em: 26 ago. 2025.

RODRIGUES, Marcelo Santos. Os (in)voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai: a participação da Bahia no conflito. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

SKOCPOL, Theda. Protecting Soldiers and Mothers: The Political Origins of Social Policy in the United States. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

TODOROV, Tzvetan. Os abusos da memória. São Paulo: Editora Unesp.

VAN DEN BOGAERT, Anders. Reintegrating Bodies and Minds: Disabled Veterans in Belgium after the First World War. *Journal of Veterans Studies*, v. 8, n. 2, p. 45-63, 2022. Disponível em: <https://journal-veterans-studies.org/articles/537/files/6634dff8174f0.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2025.